

OMISSÃO DO ESTADO E VIOLÊNCIA AOS TRABALHADORES: O DISCURSO DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO PT SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1990

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz¹

Resumo

O objetivo do texto é apresentar como os deputados federais do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 lutaram pela implantação da reforma agrária a nível nacional. Para isso, a fonte principal são os discursos disponibilizados nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na perspectiva metodológica, o uso da análise de discurso feito é baseado em Pocock (2003). Para o autor, a construção de valores sociais ocorre nas linguagens políticas, nos atores e nos contextos históricos, lingüísticos e políticos, e é perceptível de ser reconhecido na performance discursiva. Por isso, o discurso político é o instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82). Ainda como contribuição à metodologia, Albuquerque Júnior (2009) afirma que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas. Os discursos dos parlamentares petistas consolidaram suas carreiras políticas por meio da bandeira da reforma agrária: propondo projetos de lei, criticando as propostas e as ações dos governos federais para protelar, minimizar a importância do tema e diminuir a responsabilidade do Estado na questão de terras no país e participando de comissões de estudos para a consolidação do tema da reforma agrária como especificidades e singularidades como atores políticos do PT e como questão fundamental para os trabalhadores do campo no país.

Palavras-chaves: Partido dos Trabalhadores, parlamentares, discurso político, reforma agrária, trabalhadores do campo.

A questão agrária no Brasil na década de 1990 está diretamente relacionada aos direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988. Junto a luta pela terra, o salário mínimo e a previdência social podem ser incluídos nos direitos sociais defendidos pelo Partido dos Trabalhadores nos anos de 1990. Por meio da luta institucional, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores defenderam uma perspectiva social, baseada principalmente na regulamentação das leis implantadas na Constituição Federal, e os deputados governistas lutaram incessantemente pela implantação do neoliberalismo no país, representado por meio das propostas de desregulamentação das leis direcionadas para a área social.

É necessário explicitar as fontes que serão utilizadas no texto: os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) estão localizados no Diário do Congresso Nacional (1990-1995) e no Diário da Câmara dos Deputados (1995-1998) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

Os poucos estudiosos que se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, tentando preencher lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar foram de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008).

As fontes partidárias também serão importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).²

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas foi praticada no plenário do Congresso Nacional, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político. A atividade parlamentar e o discurso são elementos necessários para a conquista de apoio e para o desenvolvimento de paixão política.

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).³

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, lingüísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e

² Em seu trabalho sobre as correntes internas: *Articulação e Democracia Radical*, Eurelino Coelho (2005) também está convicto das limitações do uso das resoluções de encontros e congressos do PT: “A maioria dos estudos históricos sobre este partido toma como fonte, quase exclusivamente, os textos das resoluções dos Encontros e Congressos. Ora, aqueles documentos expressam, a cada momento, o *resultado* do processo político que constitui o PT. A trama das relações políticas que resulta ora em consenso, mais ou menos amplo, ora em imposição da vontade da fração majoritária, não é diretamente perceptível nos textos aprovados nas plenárias dos encontros ou nas instâncias dirigentes. O estudo da dinâmica das relações internas no PT e das relações dos militantes e do PT com a realidade exterior ao partido exige a ampliação e a diversificação das fontes, tal como tentei fazer aqui” (COELHO, 2005, p. 25).

³ Pocock estuda a história do pensamento político anglo-americano no século XVIII, interpretando o pensamento dos escritores políticos por meio do contexto lingüístico, delimitando época, lugar, grandes autores e autores menores e utilizando como método a língua, como contexto lingüístico a fala, como modo que o sujeito se apropria da língua.

nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia” (POCOCK, 2003, p. 39).

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, onde devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82).

Há necessidade de conceber os discursos e os pronunciamentos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009).

Quando falar aqui de discursos, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através de distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 223-224).

Nesta perspectiva, a análise do discurso está no lugar social⁴: a própria produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exige interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Albuquerque Júnior (2009) afirma que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos sobre a temática da reforma agrária serão considerados como elementos identitários dos deputados federais petistas selecionados entre os anos de 1990 e 1998, tempo curto, porém necessário para perceber com regularidade nos discursos dos parlamentares do Partido dos

⁴ Encarar os discursos como monumentos é examiná-los, não apenas como “ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador. Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as idéias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas eles se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 235).

Trabalhadores a luta e a defesa pela reforma agrária. Concomitantemente, tenta-se perceber como os parlamentares governistas agiram e reagiram aos discursos proferidos pelos oposicionistas sobre a reforma agrária. Os discursos proferidos na atividade partidária se consolidam como fonte de inspiração, paixão e consciência para a consolidação de um grupo, dando-lhes uma identidade política.

Nossa análise delimitou-se no estudo dos deputados federais que foram eleitos na década de 1990, respectivamente nos pleitos eleitorais de 1990, 1994 e 1998, e aqui entendidos como os “políticos profissionais”, com a forma de dedicação a política baseada em quem vive “para” a política que se “transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que da significação a sua vida” (WEBER, 2005, p. 64-65).

Na perspectiva da carreira política, a atividade parlamentar está relacionada a valores e ideias, na qual surgiram os sentimentos coletivos de reconhecimento duradouro e incondicional. A prática cotidiana de enfrentamento da descrença na política, do ceticismo dos eleitores, da violência dos adversários, das dificuldades financeiras, da falta de tempo nas campanhas, do risco de perder e da infelicidade da derrota mostrariam os percalços da função parlamentar. Para Karina Kuschnir (2000), as características da carreira política são: o treinamento, a entrada na política por meio de alianças e de potenciais eleitores, a fidelidade partidária, a baixa estabilidade e a experiência, com exercício profissional valorizado para a formação de uma identidade parlamentar, sendo que “o estudo dos processos de mudança, ascensão, mobilidade e estabilidade são fundamentais para a compreensão das características de uma carreira” (KUSCHNIR, 2000, p. 58).

O nosso critério para análise dos parlamentares petistas foi a participação na Câmara dos Deputados entre os anos de 1990 e 1998 que tiveram a temática da reforma agrária como discurso cotidiano no plenário da Câmara dos Deputados. Assim, os deputados federais que serão analisados no texto são: Adão Pretto, Fernando Ferro, Paulo Paim e Paulo Rocha. A partir daqui, apresentaremos o contexto do Brasil na década de 1990.

No Brasil, a década de 1990 foi o momento político em que ocorreu a efetivação da proposta neoliberal. A expansão do neoliberalismo na América Latina, principalmente no Chile, no Uruguai e na Argentina na década de 1970, ocorreu com enfoque monetarista e atingiu a organização da economia e da sociedade, “o projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as economias altamente inflacionárias e com elevados déficits na balança de pagamentos que esses regimes tinham herdado do período anterior” (GROS, 2003, p. 33). No caso chileno, a participação dos empresários nacionais foi fundamental para a prática de políticas estabilizadoras, consolidadas com as reformas econômicas e institucionais. As propostas para a área econômica foram: “privatizações e abandono das funções reguladoras e desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital internacional” (GROS, 2003, p. 38-39). As mudanças institucionais propostas aconteceram pela: “reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política” (GROS, 2003, p. 39).

As reformas chilenas eram exemplos de modernidade e de modernização neoliberal para os países que assimilaram as mudanças radicais e as políticas neoliberais: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização

regional, agricultura e aparato judicial. As reformas tiveram a eficácia de minimizar a importância da política e da ação coletiva organizada para a sociedade, a despolitização dos problemas sociais, a imposição da perspectiva individualista e da estabilidade capitalista.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela força e atuação dos trabalhadores na política, por meio dos sindicatos, dos movimentos sociais e populares e dos partidos políticos. Os trabalhadores tiveram presença e influência na Constituição Federal, principalmente pela necessidade de políticas distributivas e de combate na concentração de renda e alteração no modelo econômico vigente no período do regime militar. As elites brasileiras tentaram implantar o neoliberalismo como projeto político hegemônico na década de 1980 para enfrentar e vencer a resistência dos trabalhadores, e marcar a presença e a atuação na política brasileira, por meio dos Institutos Liberais.

Estes tiveram a função de divulgar os princípios do liberalismo baseados na supremacia do indivíduo sobre o Estado, na atividade econômica, e na valorização do mercado para combater o planejamento e a regulação estatal. A ação política dos institutos liberais aconteceu com a tradução e a publicação de livros e de revistas, a divulgação de seminários, colóquios, conferências, cursos e palestras, a presença em jornais e rádios e principalmente com as propostas de políticas públicas (GROS, 2003, p. 14). Concomitantemente a proposta neoliberal, o Partido dos Trabalhadores, mostrou a necessidade da reforma agrária nas suas resoluções de encontros e congressos e por meio dos discursos dos seus deputados federais na Câmara dos Deputados.

A proposta de reforma agrária foi defendida pelo Partido dos Trabalhadores desde o início da década de 1980. No 1º Encontro Nacional, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, o PT definiu o problema da distribuição das terras no país como o causador dos ciclos migratórios, do inchaço das cidades, do aumento dos preços e da importação de alimentos. O Partido dos Trabalhadores mostrou-se indignado com a falta de solução política para o problema da terra no país e defendeu o sindicalismo rural e a união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira, porque “o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 109).

No 3º Encontro Nacional, realizado no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campos, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, o PT defendeu a principal reivindicação dos trabalhadores do campo: a posse e o uso da terra. Para o partido, as transformações nas relações de trabalho e de propriedade no campo não poderiam se limitar ao alcance econômico, porque a reforma agrária tem a perspectiva da mobilização, da conscientização e da organização dos trabalhadores. A realização da reforma agrária deveria ser complementada com “o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 150-151).

Nos dois encontros percebe-se que a necessidade de união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira e a exigência das ações governamentais para a instalação, a produção e o desenvolvimento da reforma agrária e do trabalhador rural brasileiro foram as principais bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores.

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 30 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, o Partido dos

Trabalhadores reafirmou a continuidade da reforma agrária como bandeira de luta democrática, popular e anticapitalista, que se concretizaria com a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores. Para o PT, a reforma agrária defendida pela burguesia se limitaria aos interesses particulares e não atenderia os interesses dos trabalhadores rurais, por isso haveria a necessidade da existência de pequenas propriedades rurais, de empresas e de cooperativas socializadas, e de empresas agrícolas particulares para a construção do socialismo. “O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 474).

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções, em Brasília, o PT defendeu a democratização da terra como estratégia do projeto nacional partidário, que romperia com o latifúndio e combinaria a ação governamental e a mobilização das forças populares. O Partido dos Trabalhadores definiu a proposta da reforma agrária para estimular o desenvolvimento econômico do país e avançar na luta pelo socialismo por meio do “apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiu como prioridade as bandeiras da reforma agrária, da distribuição de renda, da retomada do crescimento econômico, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos para os brasileiros que levariam a vitória de Lula na eleição presidencial em 1994. Para o Partido dos Trabalhadores, o conteúdo do programa do futuro governo democrático e popular se resumiria em idéias-força como: emprego, salário decente, comida, terra, casa, escola, saúde, cadeia para os corruptos e fim da violência. A construção de projetos, de prazos, de metas e de números palpáveis seria considerada na “difusa vontade de mudança que hoje se aglutina em torno de Lula precisa ser politizada e transformada em compromisso concreto de luta pelas reformas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 586-587).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari, no Espírito Santo, a definição da proposta partidária foi: pela defesa da reforma agrária, pelo fim da violência e pela punição dos responsáveis pelos crimes nos campos. As ações do MST e dos trabalhadores do campo seriam importantes na luta pela reforma agrária, e o PT deveria traduzir a sua proposta de reforma agrária “em ações partidárias concretas e permanentes” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

Nos anos de 1990, as alianças políticas e partidárias mostraram a necessidade do processo de socialização e de adesão voluntária à reforma agrária no país, por meio da ação governamental, da mobilização das forças populares, e da autonomia partidária para propor as reformas para o país.

As propostas do PT para a reforma agrária perpassaram os anos entre 1980 e 1990, com mudanças na forma de realização política. Na década de 1980 foram definidas as necessidades de união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira e a exigência das ações governamentais para a instalação, a produção e o desenvolvimento da reforma agrária e do trabalhador rural brasileiro. Nos anos de 1990, as propostas partidárias defendidas foram: as alianças políticas e partidárias mostraram

a necessidade do processo de socialização e de adesão voluntária à reforma agrária no país, por meio da ação governamental, da mobilização das forças populares, e da autonomia partidária para propor as reformas para o país.

A partir da análise das fontes partidárias percebe-se uma mudança no modo como o partido definiu sua atuação diante da reforma agrária. Nos anos 1980 havia mais a autonomia e a exigência partidária para a efetivação da questão da terra no país, o que na década de 1990 mudaria para a prática política da negociação, das alianças e das soluções políticas e sociais por meio da luta institucional. A crença na reforma agrária por meio da socialização das terras e da adesão voluntária de partidos e dos movimentos sociais demonstrou a tentativa do PT em ser o condutor da reforma agrária no país, por meio das reivindicações dos trabalhadores do campo e do apoio de todos os aliados políticos, sem críticas e sem questionamentos.

O Partido dos Trabalhadores reagiu às propostas de reformas neoliberais, priorizando o social como área de ação política. Por isso, as temáticas sociais generalizantes e universais como escola, saúde e crescimento econômico demonstraram a mudança na atuação no Congresso Nacional pelos parlamentares petistas. Na década de 1990, a luta parlamentar teve como prioridade a exigência da regulamentação e do cumprimento da Constituição Federal de 1988 por parte dos Governos Federais em três temas: a reforma agrária, o salário mínimo e a previdência social. As temáticas defendidas pelo PT para o cumprimento constitucional serão atacadas incessantemente pelas propostas neoliberais entre os anos de 1990 e 1998.⁵

O PT tentou abranger suas bases sociais incluindo os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos e os médios proprietários, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos, os aposentados e os pensionistas e os partidos democráticos e populares na década de 1990 por meio da luta parlamentar. A definição do PT pelo apoio institucional dos partidos democráticos e populares representou a definição de critérios para as alianças no combate ao neoliberalismo, na defesa das reformas sociais e no cumprimento das leis definidas da Constituição Federal.

A análise da reforma agrária deve considerar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como ator político pertencente ao processo histórico de resistência do campesinato. Para Bernardo Mançano Fernandes (2000), o MST lutaria contra os projetos políticos e econômicos direcionados pelos governantes brasileiros para a agricultura e a concentração da propriedade de terras. As reivindicações pela reforma agrária teriam nas ocupações e nos acampamentos, a prática política do movimento diante dos órgãos públicos. A conquista das terras e a contrariedade à proposta governista de colonização marcariam os primeiros anos do MST, constituído no final da década de 1970, e representariam a ação contínua de espacialização da luta pela terra por meio da participação, da direção coletiva, da descentralização administrativa e do trabalho de base.

A ocupação de terras seria a identidade política do MST para reivindicar desapropriações de fazendas para assentar as famílias dos trabalhadores rurais sem terra, para resistir aos métodos repressivos e desmoralizadores dos governantes brasileiros,

⁵ Na Constituição Federal, o salário mínimo, a previdência social e a reforma agrária estão delimitados: Salário mínimo: título II – dos direitos e garantias fundamentais, capítulo II – dos direitos sociais no artigo 7;

Previdência social: título VIII – Da Ordem Social, seção II – da saúde nos artigos 196 a 200; seção III – da previdência social nos artigos. 201 e 202; seção IV – da assistência social nos artigos. 203 e 204; Reforma agrária: título VII – da ordem econômica e financeira, capítulo III – da política agrícola e fundiária e da reforma agrária nos artigos 184 a 191 (CONSTITUIÇÃO, 2012).

para produzir alimentos para a subsistência das famílias assentadas, porque “a solução para os conflitos só viria com a desapropriação” (FERNANDES, 2000, p. 124). O MST teria como finalidade a continuidade de organização e de desenvolvimento dos trabalhadores rurais sem terra por meio da formação política, da educação, da administração e da comunicação, que se constituiriam na estrutura organizativa e nas instâncias de representação política do movimento.

Os governos neoliberais na década de 1990 reagiriam com repressão, violência, impunidade e perseguição política à expansão e a territorialização da reforma agrária defendida pelo MST que “intensificou a luta pela terra, de modo que na década de 1990 cresceram tanto o número de ocupações quanto o número de assentamentos, em todas as regiões” (FERNANDES, 2000, p. 200). Os assentamentos conquistados nos anos 1990 representariam as intensificações das ocupações contra as políticas neoliberais no país, que continuariam com o aumento do desemprego, a concentração de terras e a expropriação e a exploração da produção rural.

A ocupação como método de ação política envolveria terras de recuperação, devolutas e de latifúndios improdutivos, os acampamentos como espaços interativos e comunicativos das lutas e as marchas como expansão das negociações e de fatos novos colocariam a luta pela terra como luta contra o capital que criminalizaria as reivindicações pela reforma agrária no país. Para Fernandes, “criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam” (FERNANDES, 2000, p. 281).

A autonomia e a independência dos trabalhadores rurais sem terra na luta pela reforma agrária mostraram os limites das propostas governistas para o problema da propriedade no país. A colonização, a negação do acesso à terra, a violência nos campos e a criminalização dos movimentos rurais eram os critérios políticos utilizados pelos governos brasileiros diante da reforma agrária no país, que era questionada como um interesse corporativo, e não um interesse coletivo. O elemento político da terra mostrou a crença do MST na reforma agrária, em que os governantes definiram as políticas agrárias e agrícolas, ignoraram o desemprego, a exploração e a expropriação dos trabalhadores e das produções rurais, continuaram com a desigualdade do acesso a terra e não aceitaram críticas e nem questionamentos.

O contexto político dos anos 1990 mostraram três perspectivas diferentes para a solução da questão da terra: os governos federais que ignoraram a questão da reforma agrária em prol da proposta neoliberal; o Partido dos Trabalhadores que tentou ser o condutor da questão da terra por meio das propostas como socialização das terras e da adesão voluntária de partidos e dos movimentos sociais, das temáticas sociais generalizantes e universais como escola, saúde e crescimento econômico, e da tentativa de abranger suas bases sociais incluindo os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos e os médios proprietários, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos, os aposentados e os pensionistas e os partidos democráticos e populares por meio da luta parlamentar; e do MST que conseguiu por meio das ocupações e dos assentamentos efetivar o sonho da reforma agrária.

Os três atores mostraram perspectivas diferentes para a ação política diante da temática da terra, veremos com mais profundidade como os deputados federais do PT lutaram pela reforma agrária na Câmara dos Deputados: se entre o indivíduo (parlamentar) atuou com autonomia ou se se restringiu as orientações do ator coletivo (partido político). Assim, tentaremos perceber se houveram múltiplas identidades demonstrando fontes de tensão e contradição na defesa dos interesses políticos e na ação em prol da problemática da terra.

Para os parlamentares petistas, a reforma agrária ampla e massiva, sob o controle dos trabalhadores, seria a solução para os problemas do Brasil, como a importação de alimentos, o êxodo rural, o inchaço das cidades e o desemprego. O parlamentar Adão Pretto argumentou que a União Democrática Ruralista (UDR) lançou nota em jornal afirmando a sua disponibilidade para entrar em guerra, e “vai pegar em armas para tirar à força os agricultores que fizerem qualquer investida nas propriedades”.⁶ Para o deputado federal, o êxodo rural tem relação direta com a reforma agrária porque contribui “para aumentar o desemprego e a miséria, causa principal da violência na cidade e no campo”.⁷ A permanência dos casos de violência e a convicção da necessidade da reforma agrária, por meio de projetos de leis são pontos importantes para a defesa incondicional da reforma agrária no país. Adão Pretto afirmaria que, no projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados no ano de 1993, os proprietários de terras produtivas não sofreriam as consequências, afinal “se aprovarmos este projeto, e houver desapropriação de terras na metade dos latifúndios improdutivos do Brasil, poderemos assentar todos os colonos sem terra do País”.⁸

Os governos neoliberais dificultariam a realização da reforma agrária por meio da exigência do pagamento de dívidas dos trabalhadores do campo, da limitação dos créditos rurais, dos assentamentos de famílias acampadas, da falta de assistência técnica e do direcionamento dos recursos para os latifundiários. Para Adão Pretto, por meio de cálculos comparativos seria possível direcionar o dinheiro para as seguintes áreas: a produção de alimentos, a reforma agrária, o perdão da dívida de pequenos agricultores, o custeio da lavoura de pequenos agricultores e a construção da casa própria. Assim, o “Governo não pode estar preocupado só com meia dúzia de multinacionais, grandes empresários, usineiros e banqueiros, mas com o povo brasileiro, porque podemos tirar o Brasil da situação em que ele se encontra”.⁹

O Governo Federal, entre os anos de 1990 e 1994, mostraria sua imobilidade nas decisões sobre o setor agrícola brasileiro. Para Adão Pretto, os ministros e os secretários no Ministério da Agricultura seriam incompetentes porque apenas falaria números e não colocariam em prática a aplicação de valores que, efetivamente, aumentariam a produção de alimentos no país. O deputado federal levantaria as seguintes questões: “os homens que ocupam altos postos no Governo enxergam as coisas, mas não tomam decisões. Por que não o fazem? O Brasil está precisando de quê? O que está entretendo o desenvolvimento do país?”¹⁰ A sua conclusão seria da falta de coerência, de dignidade, de caráter e de vontade política - algo absolutamente incompreensível.

De cada três hectares disponíveis só um está sendo ocupado, e ocupado mal. No Brasil, 12 milhões de agricultores não têm terra; há mais ou menos 8 milhões ou mais de desempregados nas cidades; 32 milhões de brasileiros passam fome, e mais de 70 milhões se alimentam mal, por falta de recursos.¹¹

O não reconhecimento dos movimentos que reivindicariam a reforma agrária por parte dos Governos Federais na década de 1990 representaria a tentativa de transformá-los em ilegais e ilegítimos, utilizando a força policial para coibir qualquer manifestação a favor da luta pela terra. O caso específico relatado pelo deputado federal Adão Pretto é sobre o massacre de Corumbiara:

⁶ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21563.

⁷ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21564.

⁸ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 12, 28/1/1993, p. 1938.

⁹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 68, 28/4/1993, p. 8151.

¹⁰ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 96, 30/6/1994, p. 10636.

¹¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 96, 30/6/1994, p. 10636.

Venho a esta tribuna novamente, tratar do desejo ocorrido na Fazenda Santa Elina, no Município de Corumbiara, no Estado de Rondônia. As informações sobre o número de mortes ainda são completamente imprecisas. Temos informações de que a polícia isolou e, ontem, durante todo o dia, ninguém conseguiu chegar no local.

A situação é de verdadeira calamidade. Houve um massacre. Os hospitais da região estão lotados de feridos. Infelizmente, mais uma vez a reforma agrária é tratada apenas pela polícia.

Caros colegas, solicitamos ontem a constituição de uma Comissão desta Casa para se dirigir ao local para acompanhar o caso e tentar intermediar uma solução. Também foi formada uma Comissão das entidades, movimentos e Deputados Estaduais daquele Estado.

Sr. Presidente, nobres colegas, é necessário que se responsabilize o proprietário, que haja punição e que a área improdutiva seja desapropriada e entregue aos trabalhadores. Não podemos mais presenciar ações autoritárias que massacram os trabalhadores que somente lutam pela sua sobrevivência. Precisamos responsabilizar o Poder Judiciário pela sua insensibilidade em relação aos problemas da terra e por se aliarem, quase sempre, aos latifundiários. Também precisamos responsabilizar os Governos Estadual e Federal pelo uso que fazem da Polícia Militar e pela sua completa inoperância para fazer a Reforma Agrária.

Esperamos que as comissões que se dirigiram para a área consigam levantar todas as informações detalhadas e que as autoridades tomem as providências cabíveis.¹²

A prática da violência nos campos seria realizada pelos latifundiários, com a omissão e a participação da polícia militar, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Justiça e do Ministro da Agricultura. Para os deputados federais do PT, a difusão da violência nos campos mostraria a existência de problemas agrários em todo o país: Alagoas, Pará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco, estados com assassinatos registrados contra assentados, manifestantes e pequenos agricultores. Fernando Ferro analisaria a situação da fazenda Safra no submédio do São Francisco em Pernambuco por meio do discurso do Ministro da Agricultura e do presidente do Incra que afirmaram a necessidade de intervenção militar nos conflitos rurais no país, isso mostraria que o Governo deveria estar desenvolvendo ações “justamente para buscar situações negociadas, mediadas no campo, para evitar essa tragédia a que assistimos diariamente, se ponha a serviço da disseminação da violência”.¹³

O deputado federal mostraria a sua disponibilidade para negociar alternativas com os trabalhadores sem terra, a Igreja, os Parlamentares e os donos da terra, que seriam: o deslocamento de 2200 famílias para uma fazenda vizinha ou a prorrogação do prazo junto ao Banco do Brasil. A negociação seria importante para ressaltar que o grito da terra não pode ser tratado como uma questão policial porque as lutas sociais deveriam ser objeto de intervenção política. “Portanto, peço ao Governo Federal que tome a iniciativa de nos ajudar nessa negociação. Tenho conhecimento de que o Governo pode interferir nesse processo de despejo, evitando-se um conflito com os trabalhadores rurais”.¹⁴

Até o ano de 1995 os deputados federais do Partido dos Trabalhadores ressaltariam como omissões do Estado brasileiro: a violência provocada pela UDR; as

¹² Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 120, 11/8/1995, pp. 17549-17550.

¹³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23344.

¹⁴ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23345.

relações promíscuas com multinacionais, grandes empresários, usineiros e banqueiros; o discurso vazio e pouco prático sobre o tema reforma agrária; e o não reconhecimento dos movimentos e uso de força policial, principalmente no caso de Corumbiara. As omissões acima seriam ressaltadas pelos parlamentares petistas como um descaso do Executivo em solucionar a problemática da terra. A solução proposta pelos parlamentares seria uma reforma agrária ampla e massiva por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e por meio da negociação com a Igreja, os parlamentares, as famílias assentadas e os donos da terra.

Assim, os atores políticos do PT na Câmara dos Deputados se propuseram a reforma agrária no país por meio da negociação, critério político definido pelo partido no início da década de 1990 e que foi colocado em prática nas lutas institucionais. Ao envolver importantes atores sociais que seriam atingidos pela reforma agrária, ao propor a desapropriação e uma reforma agrária ampla e massiva, os parlamentares petistas mostraram a possibilidade de – concretamente - solucionar os problemas da terra.

Ainda assim, a crítica seria importante para ressaltar o modo como o Executivo estava conduzindo a reforma agrária no país na década de 1990. Ao utilizar a força policial diante dos movimentos sociais, o Governo Federal mostrou a intolerância no diálogo e o uso autoritário do aparato militar na criminalização dos movimentos sociais. Ao usar ignorar o uso da violência por parte da UDR, o Executivo mostrou o descaso com as vidas dos trabalhadores rurais sem terra. Ao usar de um discurso vazio e pouco efetivo sobre a reforma agrária, os governistas mostraram que – na prática – nada seria feito pelo problema da terra, principalmente porque as relações com as multinacionais, os grandes empresários, os usineiros e os banqueiros seriam afetadas caso se iniciasse a desapropriação ou a compra da terra por parte do Governo Federal no país.

O recrudescimento do uso da força militar para solucionar os problemas agrários no país aconteceu em Eldorado dos Carajás, caso limite da violência extrema diante dos manifestantes pela reforma agrária. A polícia militar, o Governador do Estado do Pará – Almir Gabriel –, a Federação da Agricultura do Estado do Pará, o Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros, e o Presidente da República foram responsabilizados pela radicalização, pela autorização e pela omissão das mortes de famílias dos trabalhadores rurais sem terra. O massacre em Eldorado dos Carajás seria assim apresentado no plenário da Câmara dos Deputados no dia 18 de abril de 1996 pelo deputado federal Paulo Rocha:

Nós, os trabalhadores do Pará, estamos de luto. Dezenove agricultores e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) foram massacrados e assassinados pela Polícia Militar, em Eldorado de Carajás. Outros 45 trabalhadores estão feridos e hospitalizados. O massacre ocorreu ontem, no final da tarde. Trata-se de mais um capítulo na longa crônica de mortes anunciadas. É que no último dia 2 de abril solicitei aqui da tribuna desta Casa a instalação de uma Comissão Externa, formada por Deputados, para tentar intermediar o conflito envolvendo fazendeiros e sem-terras da região sudeste do Pará.

Já enviei diversas cartas ao Governador do Pará, Almir Gabriel, solicitando o empenho das autoridades federais e estaduais para resolver o conflito. Foi mais forte a pressão dos fazendeiros, os quais desde o último dia 28 de março anunciaram, em Belém, que iriam pegar em armas para retirar os sem-terras da região. O Sr. Geraldo Milton Soares, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará e Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros da região, foi o porta-voz da radicalização dos empresários.

Nós já conhecemos esse procedimento. Trata-se de uma senha para criar um clima, tanto na opinião pública quanto nos aparelhos de repressão. Daí o nosso alerta para o Governador, para os Srs. Deputados e para a Mesa Diretora desta Casa, a quem encaminhei pedido de formação da Comissão

Externa. Mas não adiantou. Mais uma vez temos que chorar os nossos mortos.

Já são mais de 300 trabalhadores rurais e líderes sindicais assassinados nos últimos 25 anos, segundo levantamento feito pela última CPI da Assembléia Legislativa do Estado e atualizada com informações da Comissão Pastoral da Terra.

Enquanto isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem coragem de fazer a reforma agrária. Mas assegura recursos do Tesouro para rolar a dívida dos latifundiários representados pela chamada bancada ruralista no Congresso Nacional.

A responsabilidade por esse massacre e por tudo o que ocorreu aos trabalhadores é do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado.

Honra e glória aos sem-terras de Curionópolis, que tomaram lutando pelo direito de conquistar um pedaço de terra para produzir.¹⁵

Para o deputado federal, a responsabilidade pelo massacre em Eldorado dos Carajás seria “do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado”.¹⁶ Para Adão Preto, os massacres contínuos mostrariam a transformação das polícias militares em braço armado, o INCRA em braço institucional dos latifundiários brasileiros e a Justiça em estimuladora da continuidade das chacinas pela prática da impunidade. Falar-se-ia no episódio havido no Pará até surgir um maior, “depois ninguém mais falará no massacre do Pará. É assim que este País vai-se comportar?”, questionaria Adão Preto.¹⁷

Para os parlamentares da base governista, os trabalhadores sem terra iniciariam o tumulto com a polícia militar em Eldorado dos Carajás por meio de barricadas, e o Presidente da República seria isentado da responsabilidade de violência. Para Agnaldo Timóteo (PPB), a televisão manipularia as imagens de violência em Eldorado dos Carajás para distorcer a função policial, e os parlamentares da oposição negariam os atos violentos praticados pelos manifestantes.

Estou preocupado. Será que somente eu vi aquelas cenas? Será que os Deputados Paulo Paim, José Genoíno e outros não as viram também? Não é a primeira vez que eles partem contra a polícia, jogando pedras e fazendo pontas em pedaços de pau, para usarem como arma. Todo mundo viu um facão na mão daquela senhora que levou um tiro na perna, e um revólver na mão de um deles. Nós os vimos atirando!¹⁸

Para o deputado federal, haveria a necessidade de que a verdade fosse mostrada dos dois lados, porque a violência partiria da polícia militar e dos trabalhadores rurais sem terra, por isso, o que teria acontecido seria “uma tragédia provocada pela insensibilidade e pelo terrorismo de alguns canalhas que se travestem de líderes dos sem-terra para criar movimentos políticos e tirar proveito da situação política em todas as eleições”.¹⁹

¹⁵ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

¹⁶ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

¹⁷ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10263.

¹⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

¹⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

Para Edinho Bez (PMDB), o fato ocorrido seria lamentável e, por meio de muitas mentiras, estariam explorando-o politicamente principalmente alguns deputados do Partido dos Trabalhadores, como teria feito José Genoíno, ao dizer que o PT não estimula os movimentos sociais, apenas apoia-os. Para o deputado federal, a população não pode ser enganada com o argumento de que o PT está fora disso, “o PT tem de assumir o papel e estimulador desses movimentos”.²⁰

Para Paulo Paim, seria uma brincadeira, uma irresponsabilidade o discurso parlamentar que relacionaria a violência do uso militar da metralhadora e do uso dos manifestantes de pau e de pedras, o que mostraria a falta de seriedade que “este Parlamento, com este nível de debate, desrespeita os mortos e suas famílias. Só sendo débil mental! É não ter o mínimo de sensibilidade, usar esse tipo de argumento num debate sério como o da reforma agrária”.²¹

O caso de Eldorado dos Carajás pode ser considerado extremo no uso da violência do Estado perante os trabalhadores no campo no país. Contudo, é importante ressaltar que não é um caso exemplar e nem único no Brasil. As ocupações e os assentamentos no território nacional sofreram com a opção militar do Executivo para solucionar os problemas da terra. Carajás merece uma relevante consideração: no argumento dos parlamentares governistas, que optaram por direcionar a culpa do ocorrido para os manifestantes – com paus e pedras – e para o Partido dos Trabalhadores. Em nenhum momento, Edinho Bez ou Agnaldo Timóteo questionaram o uso militar e a criminalização dos movimentos sociais que foi colocada em prática pelo Governo Federal.

Ao contrário, os parlamentares petistas demonstraram a opção de criminalizar os movimentos sociais por meio do uso da força policial, o uso do INCRA como braço institucional da violência e o uso da Justiça para omitir a impunidade das chacinas no país. Ao acrescentar o INCRA e a Justiça nos discursos sobre os casos de violência no campo brasileira, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores argumentaram como o Estado estava se fortalecendo para combater qualquer proposta de reforma agrária. O aparato institucional do Estado brasileiro não se moveria para solucionar a questão da terra no país, e o caso de Eldorado dos Carajás foi fundamental para explicitar como juízes, governistas e políticos não se importaram com o método autoritário da violência diante dos trabalhadores rurais sem terra.

A política praticada pelo Governo Federal PSDB baseada nos juros altos, no privilégio e na isenção de impostos para os latifundiários, na cobrança de dívidas agrícolas para os pequenos agricultores, e na retenção de recursos para a reforma agrária demonstraria o limite governamental na atuação diante da agricultura. Para Paulo Rocha, há uma descrença em acreditar no diálogo com o Executivo porque a Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados teria realizado um estudo que comprovaria a retenção de recursos previstos para a área social e a reforma agrária no ano de 1995 e constataria “que apenas 3,47% do total previsto para a reforma agrária foi liberado. Isto é um exemplo claro da falta de vontade política para resolver o problema da concentração da terra”.²²

Para o deputado federal, os dados utilizados acima também ressaltariam que no Orçamento do ano de 1995 não foi repassado cerca de R\$ 36,2 milhões para a reforma agrária e isto mobilizaria o MST a agir sem negociar com o Governo Federal, já que não haveria nenhuma atitude favorável à questão da terra no país. Esta postura agravaria os problemas, os conflitos e o descaso com os assentados que precisariam “de infra-

²⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377.

²¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377.

²² Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 87, 17/5/1996, p. 14094.

estrutura básica como estradas, postos de saúde, escolas, eletrificação rural, assistência técnica, crédito agrícola e transporte para escoamento da produção”.²³

O discurso defendido pelo parlamentar na tribuna da Câmara dos Deputados seria criticado pelos deputados federais governistas como puramente retórico e com dados vazios, contudo o desprezo do Governo Federal com as questões sociais, principalmente a terra, estaria refletido em dados reais.

Nas negociações com a Oposição e com o movimento social, o Governo diz muita coisa e até promete. Mas na sua ação política e, principalmente, na sua base parlamentar, aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, vai totalmente de encontro ao discurso falacioso, carregado de mídia, para a população. O concreto é que não há uma boa vontade política por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso no que se refere à reforma agrária e aos problemas do campo, como, por exemplo, a violência.²⁴

O Governo Federal, entre os anos de 1995 e 1998, tentaria transferir sua responsabilidade sobre a reforma agrária para os governos municipais, limitar o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e transformar o INCRA em imobiliária fundiária com a criação do programa Cédula da Terra.

O deputado federal Adão Pretto afirmaria que o Ministro Extraordinário de Política Fundiária Raul Jungmann, defendeu no Seminário Nacional sobre Reforma Agrária realizado com os Prefeitos eleitos no ano de 1996 de todo o país, que ocorreria - a transferência de cadastro, de levantamento de terras e da constituição dos conselhos de reforma agrária – ou seja, de responsabilidades do Governo Federal para os Governos Municipais. A efetivação da proposta do Governo Federal teria a intenção de isolar e impedir os trabalhadores rurais sem terra de participarem das políticas de reforma agrária, “pois é notório, em nosso País o poder que os grandes latifundiários exercem sobre os poderes municipais, o que inviabilizaria politicamente qualquer ação mais ousada”.²⁵

Para o parlamentar, o Executivo também estaria publicando dados inverídicos sobre o assentamento de famílias, “os dados do Incra do mês de setembro apontavam o assentamento de 24 mil famílias. Na semana passada, em audiência pública, o Ministro afirmou ter assentado até agora 50 mil famílias”.²⁶ O critério utilizado pelo Governo Federal estaria direcionado para todos os decretos publicados, e o critério utilizado pelo deputado federal do PT seria somente após a contestação dos proprietários de terra na Justiça, o que levaria no mínimo dois anos para imissão de posse na área.

O envio de medidas provisórias referentes a reforma agrária seria outra prática do Executivo para desmoralizar a atuação do Congresso Nacional diante da temática da terra. No projeto enviado no ano de 1997 constaria a simulação de ocupações pelos fazendeiros das próprias terras, sob o argumento de que terras invadidas não poderiam ser desapropriadas. Para Adão Pretto, o uso desta medida provisória impediria o desencadeamento da reforma agrária no país e seria “mais uma aberração deste Governo, que realmente trata das questões sociais do Brasil com tamanho desprezo”.²⁷

Novamente, os dados relacionados a liberação de recursos foram omitidos pelo Executivo com o objetivo de dissimular os investimentos feitos na agricultura. Os números governistas fariam em 8,5 bilhões para a agricultura e apenas 1,5 bilhão para

²³ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 87, 17/5/1996, p. 14094.

²⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 87, 17/5/1996, p. 14094.

²⁵ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 199, 12/12/1996, p. 32886.

²⁶ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 199, 12/12/1996, p. 32887.

²⁷ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 98, 18/6/1997, p. 16500.

a agricultura familiar, representada pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e 1 bilhão para a pequena propriedade, quando somente 500 mil foram liberados. Para Adão Pretto, o PRONAF é uma demagogia porque poucos agricultores têm acesso ao programa: de um total de 430 mil famílias, apenas 3 mil foram contempladas até o ano de 1997.

O Rio Grande do Sul possui 427 Municípios, e somente 113 forma contemplados pelo Pronaf. Muitos desses Municípios contemplados têm em média três ou quatro agricultores contemplados. Há Município que está entre os 113 contemplados, e nenhum agricultor ainda conseguiu o Pronaf.²⁸

O Governo Federal tentaria a implantação da reforma agrária por meio do projeto Cédula da Terra, que teria a parceria do Banco Mundial e já teria sido implantado na África, na Ásia e na América Latina. Para Adão Pretto, o Cédula da Terra tem a intenção de baratear a compra da terra, transformar o Incra numa imobiliária fundiária, e acabar “com o binômio desapropriação-assentamento, instrumento clássico de reforma agrária no mundo inteiro”.²⁹

O deputado federal argumenta que a pior terra seria vendida pelo melhor preço, os colonos seriam aprisionados em dívidas com os bancos, sem condições de cultivar alimentos em associação e levaria ao engano sobre a efetivação da reforma agrária, pois “a reforma agrária só vai melhorar quando houver vontade política de enfrentar o latifúndio, realizando uma reformulação fundiária, escolhendo áreas para plantar e dotando-as das condições que emancipem o assentado”.³⁰

Para o deputado federal, duas condições seriam necessárias para a efetivação da reforma agrária no país: o crédito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) justo e condizente com os desafios dos assentados para a assistência técnica, escola, atendimento a saúde; e a ação com urgência na desapropriação de terras improdutivas, que agridem o meio ambiente, que têm trabalho escravo e que plantam substâncias psicotóxicas porque o mecanismo de compra de terras já foi realizado sem sucesso no passado.

Ele traz em si o perigo de estarmos dando regularidade aos processos de grilagem de terras, impedindo a luta para tomar a terra de quem a roubou. Queremos impedir a ciranda de compra e venda de pequenos proprietários, que serão os principais participantes desse equivocado programa.³¹

O Executivo mudaria a forma de ação junto ao MST: do diálogo e das negociações passaria para o autoritarismo, ressaltando a questão política e direcionando a sociedade brasileira contra o movimento social. Para Paulo Rocha, os argumentos são antigos e usados por governantes que “quando se sentem acuados pelos movimentos sociais, quando o Estado se sente obrigado a dar respostas às questões prementes do nosso povo, da nossa gente”.³²

O deputado federal ressaltaria que a política praticada pelo Governo Federal do PSDB teria se esgotado porque a sua composição e as suas alianças políticas se restringiriam aos latifundiários, as agroindústrias e o capital financeiro. “Então, chegou ao limite o número de assentamentos que o Governo Fernando Henrique Cardoso pode

²⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 98, 18/6/1997, p. 16501.

²⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671.

³⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671.

³¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23672.

³² Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9584.

conceder para resolver o problema da terra”.³³ Com os olhos direcionados para a reeleição, o Executivo ignoraria os problemas do campo, como a necessidade de uma reforma agrária que seja capaz de produzir alimentos, que fixe o homem no campo por meio da média e da pequena propriedade, que se construa um sistema de transporte para escoamento da produção e uma política de preços.

A política do MST está, sim, baseada numa concepção de desenvolvimento, na qual se pensa em desenvolvimento a partir do cidadão, a partir da família, a partir da pequena e média propriedade, uma concepção de desenvolvimento não a partir do grande projeto, dos ricos apenas, mas voltada para os interesses da maioria, dos trabalhadores sem terra dos pequenos agricultores e do pequeno e do médio produtores.

Com financiamento e assistência técnica, com certeza, vamos mudar a situação no campo. Haverá paz, tranquilidade e desenvolvimento.³⁴

Concomitantemente ao uso da violência do Estado diante dos trabalhadores rurais sem terra, as omissões estatais permaneceram por meio da retenção de recursos, da tentativa de transferência da reforma agrária para governos municipais, da limitação do acesso ao PRONAF, da transformação do INCRA em imobiliária fundiária, do envio excessivo de medidas provisórias para o Parlamento nacional e das alianças com os latifundiários, as agroindústrias e o capital financeiro.

Estes critérios utilizados entre os anos de 1996 e 1998 mostraram como o Governo Federal tentaria se desvencilhar da problemática da reforma agrária no país, com a venda mais barata da terra, o não repasse de recursos para a infraestrutura em assentamentos, a cobrança de dívidas aos pequenos e médios agricultores, as propostas de reforma agrária que não envolveria terras invadidas. Os métodos governistas demonstraram como a terra não era e nem se transformaria em uma dificuldade nas relações políticas com grandes proprietários e empresários agrícolas e agrários no país, nada colocaria em questão a opção do Governo Federal por ignorar as reivindicações dos movimentos sociais do campo e optar pelo apoio de atores sociais que tem a posse da terra no Brasil.

Os parlamentares petistas ressaltaram que as condições para efetivar a reforma agrária eram o aumento do crédito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e a desapropriação de terras improdutivas no país, adicionado a opção pelo desenvolvimento do MST. A existência do crédito para a reforma agrária mostrou que há a possibilidade da compra da terra pelo Governo Federal no país; há possibilidade de desapropriar terras improdutivas que se enquadrem nos critérios de agressão ao meio ambiente, de uso do trabalho escravo e de uso para plantar substâncias psicotóxicas; e a opção desenvolvimentista do movimento dos trabalhadores rurais sem terra mostrou como deve ser iniciada a reforma agrária: pela pequena propriedade que inclua pequenos e médios proprietários com o financiamento e a assistência técnica necessária para capacitar e fixar os trabalhadores no campo.

A transformação das reivindicações pela reforma agrária em reivindicações políticas por parte dos Governos Federais representou os métodos governistas para criminalizar a legitimidade dos movimentos rurais que tiveram a reforma agrária como bandeira de luta política e social. As omissões das instituições estatais no direcionamento político da reforma agrária e da existência da violência no campo brasileiro mostraram a prioridade neoliberal para o grande capital na questão agrária e o descaso da temática da terra no país.

³³ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

³⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

Por fim, a análise da atuação parlamentar e das orientações partidárias precisa ser realizada com a finalidade de potencializar a atuação dos deputados federais perante o partido. As propostas apresentadas na Câmara dos Deputados foram definidas e defendidas no plenário foram: reforma agrária ampla e massiva para solucionar os problemas do país, desapropriação dos latifúndios improdutivos, disponibilidade para o diálogo com atores sociais e a importância do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

As propostas partidárias definidas foram: no ano de 1981 com a defesa do sindicalismo rural e da união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira; no ano de 1984, o complemento da reforma agrária por meio do fornecimento de créditos; no ano de 1990, a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores; no ano de 1993, o apoio as ocupações, a viabilidade dos assentamentos e a possibilidade de formar novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores; no ano de 1994, levaria a vitória de Lula na eleição presidencial, por meio de projetos, de prazos, de metas e de números palpáveis; e no ano de 1995, o partido deveria traduzir a sua proposta de reforma agrária em ações partidárias concretas e permanentes.

Assim, há compatibilidade entre as propostas partidárias e parlamentares no critério: importância do Procera (proposta parlamentar) e fornecimento de crédito (proposta partidária). Em itens como reforma agrária ampla e massiva (proposta parlamentar) e a defesa do sindicalismo rural e da união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira, a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores, o apoio as ocupações, a viabilidade dos assentamentos e a possibilidade de formar novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores (propostas partidárias) percebe-se que o partido conseguiu definir conceitualmente como fazer a reforma agrária, o que os parlamentares não fizeram na prática. Em itens como disponibilidade para o diálogo (proposta parlamentar), houve a abertura da possibilidade de negociação como método de ação política, o que pode ser entendido como a tradução das ações concretas e permanentes (proposta partidária).

Enfim, verificou-se como o parlamentar atuou com autonomia, ao propor temas além das orientações partidárias como a abertura para negociação e efetivou a proposta partidária como o apoio ao crédito direcionado para a reforma agrária. Concomitantemente, o partido propôs conceitualmente como fazer a reforma agrária que, no plenário da Câmara dos Deputados se restringiu as desapropriações de terras improdutivas e ao repasse de crédito para a compra de terras pelo Governo Federal. Os discursos dos deputados federais Adão Pretto, Fernando Ferro, Paulo Paim e Paulo Rocha mostraram como a temática da reforma agrária foi importante para demarcá-los como atores políticos importantes por meio da crítica incessante a criminalização dos movimentos sociais utilizada pelos Governos Federais na década de 1990 e as omissões estatais diante dos problemas da terra. As múltiplas propostas partidárias não foram prejudicadas por não serem colocadas em prática, isso representou a autonomia parlamentar para propor soluções as situações vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores rurais sem terra entre os anos de 1990 e 1998.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Niterói, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. A ação política do Partido dos Trabalhadores e a busca do equilíbrio. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.

POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. *Revista Debates* (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2005. pp. 55-124.